

Artigo temático

Semear futuros

Co-criando autonomia: o design participativo na construção da marca coletiva de Angapijó na Amazônia

 **Ana Paula**

Nazaré de Freitas

anapaulafreitas@uepa.br

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

 **Caroline Araujo Buna**

carol.bunna@gmail.com

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

 **Leonardo Valente**

leonardo.valente2x@gmail.com

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

 **Benedito Ely**

Valente da Cruz

bvalente7@uepa.br

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

 **Marcos de Freitas**

Silva Andrade

marcosandrade.dsgn@gmail.com

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

 **Sávio Almeida Fernandes**

saviofernandes@uepa.br

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

 **Patrícia de Fátima**

Serrão Mendes

pattymendes200@gmail.com

Universidade do Estado do
Pará, Belém (PA), Brasil

Resumo: O artigo aborda o co-design na criação da marca coletiva de Angapijó, localizada na Amazônia paraense. O estudo tem natureza aplicada e qualitativa, partindo de uma abordagem da Pesquisa-Ação e do Design de Transição. O objetivo é de refletir e discutir o co-design como método que possibilita a criação de futuros possíveis através da valorização de conhecimentos ancestrais. Os resultados indicam a necessidade de uma postura ética, ontológica e projetual para garantir a autonomia das comunidades e a transição para um futuro sustentável.

Palavras-chave: co-design, design de transição, marcas coletivas

Co-creating autonomy: participatory design in the creation of the Angapijó collective brand in the Amazon region

Abstract: *The article discusses the co-design process behind the creation of the collective brand Angapijó in the Amazon region of Pará. The study is both applied and qualitative in nature and is based on an action research and transition design approach. The aim is to reflect on and discuss co-design as a method that facilitates the creation of potential futures by promoting the appreciation of traditional knowledge. The results highlight the importance of an ethical, ontological and project-based approach to ensure community autonomy and facilitate the transition to a sustainable future.*

Keywords: *codesign, transition design, collective marks.*

1. Introdução

A Região Amazônica constitui-se de um território vasto, heterogêneo e diverso, seja em termos naturais, seja em termos de sua diversidade de populações e produtos. A região tem sido, sistematicamente, alvo de diversos interesses ao longo dos séculos; seja como fronteira comercial e exploratória, seja como local idílico capaz de fazer frente à crise climática — intensificada desde os fins do século XX. Entre os debates atuais sobre a região tem trazido discussões acerca do desenvolvimento sustentável e da bioeconomia como estratégias que possam assegurar a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que geram renda e incluem populações tradicionais do território.

Neste contexto os produtos da sociobiodiversidade amazônica despontam, são centenas de produtos não madeireiros utilizados, historicamente, pelas populações tradicionais para diversos fins – sejam domésticos ou comerciais. Dentre estes produtos destacam-se o Açaí (*Euterpe oleracea*) e o Cacau (*Theobroma cacao* L.); com o crescente interesse nestes commodities pelas indústrias nacional e internacional se intensificou a industrialização da região e de suas cadeias produtivas. Contudo, essa industrialização vulnerabilizou as comunidades produtoras compostas, majoritariamente de populações extrativistas e ribeirinhas, visto que os produtos são vendidos – majoritariamente – *in natura* através da mediação de atravessadores.

A predominância da lógica de *commodities* na comercialização desses produtos constitui um entrave à sua valorização. A literatura especializada (Sampaio Neto; Batista; Meirelles, 2020; Costa, 2019) indica a reclassificação dessas culturas como “bens de *terroir*”, sugerindo a adoção dos modelos de indicações geográficas e marcas coletivas consolidados globalmente. Nesse contexto, Costa et al. (2021) argumentam como imprescindível o estabelecimento de arranjos governamentais equitativos, capazes de distribuir valor ao longo de toda cadeia produtiva.

Entretanto, o conhecimento técnico-científico sobre estes sistemas produtivos e a agregação de valor permanece em um estado inicial. A dinâmica extrativista depende, fundamentalmente, do capital cognitivo das comunidades locais, cujos modos de vida estão vinculados à reprodução social do território. Os produtos, oriundos da sociobiodiversidade amazônica são indissociáveis do bioma, do território e de suas populações, exigindo, assim, conhecimentos empíricos sobre o manejo para conciliar a

extração econômica com a conservação ambiental. Nesse sentido, conforme discute Bispo (2015), os povos e comunidades tradicionais não se colocam como proprietários de terra, mas como parte constitutiva dela, onde o território e a existência humana formam uma unidade inseparável, constituída pela relação histórica de pertencimento (Bispo, 2015).

Os esforços em valorizar tais produtos, além de possibilitar ganhos para as coletividades, também contribuem para a preservação de seus modos tradicionais de vida – que estão relacionados com dinâmicas que possibilitam manter a floresta em pé – em uma região que registra avanços importantes do agronegócio, com a ampliação do cultivo da soja e da criação de gado, ocasionando, assim, desmatamento e queimadas em grandes áreas do Estado do Pará.

O estudo aqui apresentado é parte de um projeto de desenvolvimento científico-tecnológico que objetiva criação de Marcas Coletivas aumentando o valor agregado e a geração de renda para as populações tradicionais. Também busca valorizar a propriedade intelectual dos saberes e modos de extração e cultivo de comunidades produtoras do açaí, cacau e pimenta-do-reino na região de integração do baixo Tocantins, no nordeste do Estado do Pará. Neste artigo abordaremos as dinâmicas metodológicas de co-design que foram utilizadas na Associação de Moradores Assentados da Ilha de Angapijó, município de Mocajuba. Será apresentada a estrutura criada para a participação, assim como resultados parciais, onde discutiremos como o território torna-se um local profícuo de experiências e possibilidades para a transição paulatina em direção a futuros possíveis.

2. Marcas coletivas como dispositivos de valorização do saber fazer

A marca coletiva transpõe a função de identidade visual ou mercadológica normalmente atribuída a logotipos, símbolos e/ou padronagens, configurando-se, simultaneamente, como um dispositivo de propriedade intelectual e simbólico de representação da identidade territorial. No campo jurídico, a marca coletiva atua como um instrumento de proteção e reconhecimento formal de grupos organizados, assegurando o uso compartilhado do sinal distintivo e vinculando-o a regras, valores e práticas comuns (INPI, 2024). Para além de sua dimensão legal, a marca coletiva pode expressar valores culturais, saberes ancestrais, práticas produtivas, conhecimentos tradicionais e vínculos sociais construídos em

um território específico, transcendendo símbolos gráficos e tornando-se elementos do próprio território.

Sob essa ótica, Krucken (2009) destaca o design e a sua articulação com território, atuando como mediador entre cultura e produção industrial e/ou mercadológica, tornando visíveis os valores locais e fortalecendo o reconhecimento social dos grupos de produção. A marca coletiva, portanto, passa a comunicar origem e autenticidade; elementos centrais da identidade territorial; e, ao mesmo tempo, estrutura mecanismos de proteção simbólica e jurídica desses valores no mercado.

Nesse contexto, Santos (2006) reforça a relevância da compreensão do território como uma construção social resultante da interação entre sistemas de objetos e sistema de ações, carregada de significados simbólicos e culturais. Sob essa perspectiva, a marca coletiva pode ser entendida como uma materialização visual dessas relações territoriais, refletindo não apenas espaço geográfico, mas um conjunto de práticas e identidades compartilhadas.

Partindo dessa compreensão, no território de estudo – Baixo Tocantins – as cadeias produtivas do Cacau e do Açaí-de-Várzea revelam dinâmicas singulares associadas aos saberes ribeirinhos, aos ciclos hidrológicos e aos modos de vida das comunidades locais. Assim, a produção está, intrinsecamente, ligada ao regime das cheias e vazantes dos rios, ao manejo tradicional dos recursos naturais e ao trabalho coletivo, elementos que conferem identidade e autenticidade aos produtos. Sendo assim, esses conhecimentos são transmitidos geracionalmente e norteiam práticas de uso sustentável do território, como o manejo dos açaizais e cacauzeiros, a organização coletiva do trabalho e a preservação dos recursos naturais associados aos ecossistemas produtivos. Essas práticas integram a produção, a vida cotidiana e a sociabilidade, configurando modos de vida enraizados no território, cujos valores simbólicos, culturais e ambientais são incorporados aos produtos.

Diante dessas especificidades, o design assume um papel estratégico ao traduzir de forma visual e simbólica as características territoriais, evitando representações genéricas e descontextualizadas. Manzini (2017) reforçam esse posicionamento afirmando que o design, orientado para a sustentabilidade, deve apoiar e potencializar iniciativas locais, reconhecendo os saberes disseminados no território e promover soluções enraizadas nos contextos socioambientais; e deve, simultaneamente,

comunicar os valores da comunidade como pertencimento, cooperativismo e relação equilibrada com o ambiente.

Considerando a relação entre saberes da comunidade e o trabalho do design, Niederle (2013) afirma que os produtos da sociobiodiversidade e os produtos florestais não madeireiros desempenham um papel estratégico na reprodução social de agricultores familiares e populações tradicionais, ao articular inserções econômicas, valorizando saberes locais e preservação ambiental. A renda obtida a partir dessas atividades oportuniza a permanência das famílias no território, reduz a pressão por práticas predatórias e fortalece as formas de produção baseadas no uso sustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, instrumentos como da propriedade intelectual, como marcas coletivas, assumem o papel de criar mecanismos formais de reconhecimento, proteção e diferenciação desses produtos no mercado. Ao assegurar o uso compartilhado de signos distintivos por grupos organizados, a marca coletiva contribui para agregação de valor e fortalecimento da organização social.

Em outros termos, a marca coletiva reforça a segurança alimentar e a continuidade dos modos de vida tradicionais, reconhecendo práticas produtivas baseadas no manejo sustentável e conhecimento ancestral; e vinculando o produto à sua origem territorial e às regras de uso estabelecidas coletivamente. Assim, esse instrumento de propriedade intelectual atua como mediador entre mercado e território, evitando processos de apropriação indevida e invisibilização dos produtores.

3. O projeto ValorizaBio

O projeto ValorizaBio nasceu em 2024 em resposta à chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para pesquisas na região. O estudo abrange uma região do Estado do Pará denominada Região de Integração do Baixo Tocantins (RI Tocantins) constituída por 11 municípios que correspondem a uma área de 34,6 mil km² (Dias & Oliveira, 2011). O projeto visa ampliar o conhecimento sobre as cadeias de valor dos produtos açaí, cacau e pimenta-do-reino na região, também propõe a criação de marcas coletivas (MC) para coletividades produtoras da região, atribuindo a essas comunidades uma marca própria à comercialização de seus produtos nos mercados regionais, nacionais e internacionais.

A equipe envolvida no projeto constitui-se de 19 pesquisadores entre Geógrafos, Cientistas de Alimentos, Designers e Advogados, além de discentes da graduação, mestrado e do doutorado, conformando uma equipe transdisciplinar.

Sob a abordagem teórica do campo do Design, o estudo se ancora no Design Social, como defende Tonkinwise (2019), o Design Social não é apenas a aplicação do design tradicional a contextos ou objetivos sociais pois o seu escopo de atuação é mais do que simplesmente remediar necessidades não satisfeitas, os seus resultados devem trazer inovações sociotécnicas substanciais e permitir mudanças sociais significativa. “São atos políticos, mas que fazem uso da especialidade transdisciplinar do design orientado para a pesquisa”¹ (Tonkinwise, 2018, p. 9).

Parte-se de uma postura epistemológica dos estudos culturais e críticos do design, nomeadamente das teorias do design de transição e do design para o pluriverso (Escobar, 2018; Irwin, 2020; Irwin2021). O design de transição constitui uma abordagem que se opõe à linearidade dos processos tradicionais de design, os quais tendem a tratar os problemas de maneira descontextualizada, com objetivos voltados a soluções lucrativas e de curto prazo (Irwin, 2021).

Na contemporaneidade, grande parte dos problemas que a humanidade enfrenta são caracterizados como “*wicked problems*” (Buchanan, 2001), isto é, problemas sistêmicos, com definições e causas multidimensionais, como a crise climática, a justiça social e a pobreza, entre outros. Diante desses desafios, originados por razões históricas, econômicas, ambientais e sociológicas, os profissionais do design são convocados a atuar de maneira antissistêmica frente às opressões, buscando formas transdisciplinares de intervenção e construção de soluções contextualizadas.

Design de Transição, é uma nova área de design transdisciplinar com o objetivo de abordar problemas complexos e complicados e catalisar transições em direção a futuros sustentáveis, equitativos e desejáveis de longo prazo (Irwin, 2021 p.27).

Enfrentar esses problemas exige novas competências técnicas e saberes transdisciplinares. Consequentemente, o design deve criar visões de futuro que orientem ações no presente, reorientando-se em novas formas de entender o design e de projetar futuros. A autora sustenta que nesta visão as soluções devem basear-se nas necessidades específicas das

¹ No original: These are political acts, but ones that make use of design’s particular transdisciplinary research-led.

comunidades e nos ecossistemas locais, e advoga a participação de todas as partes interessadas nos problemas.

Neste sentido o design de transição dialoga com a proposição de um design pluriversal. Escobar (2018) propõe uma visão decolonial, advogando a existência de múltiplas visões, saberes, tradições e formas de ser/fazer/habitar o/no mundo. O autor propõe uma discussão sobre a onipresença do design na contemporaneidade, como também a relação dialógica entre os mundos que projetamos e como somos projetados por esses mundos. Neste sentido, a crítica dialética exposta pelo autor é relativa à “neutralidade” e à padronização dos objetos e/ou sistemas criados por designers, resultado de práticas arbitrárias do design eurocêntrico – fundados na modernidade capitalista patriarcal (Escobar, 2017). Assim, no lugar de um design que oprime e padroniza, defende-se um design que assuma a interconexão entre humanos e a natureza; e se apoie em saberes locais, na diversidade da vida, tornando-se uma prática de liberdade.

Para além deste reconhecimento de relações entre humano e natureza, no design para o pluriverso há a necessidade de entender todos como designers de seus próprios mundos, entendendo o profissional-designer como mediador e facilitador.

3.1. Preparo para o campo: identificação e prospecção de comunidades

A primeira etapa do projeto constituiu-se de levantamento documental identificando associações e cooperativas de produtores da região, nesta etapa também foram realizadas visitas às feiras de produtores, especificamente do produto Cacau. A visita à “Feira do Cacau e Chocolate Amazônia 2025”, ocorrida em junho de 2025, resultou na identificação de 12 produtores de cacau e produtos derivados da RI Tocantins. Concomitante a estes levantamentos também foram realizados contatos com locais que indicaram algumas organizações presentes no território.

Ao fim desta fase pudemos selecionar algumas cooperativas e associações que pretendíamos a aproximação com vistas à apresentação do projeto, objetivando o engajamento das comunidades.

3.2 O campo: percorrendo rios e comunidades tradicionais na Amazônia Paraense

A primeira ida ao campo ocorreu durante 3 dias do mês de junho de 2025, com visitas aos municípios de Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri. Essa etapa teve caráter exploratório e de aproximação, na qual foram visitadas 4 cooperativas e associações produtoras de açaí, cacau e pimenta-do-reino (Figura 1).

As cooperativas visitadas foram: Cooperativa Agroextrativista do Meruú (COOPRAEM) município de Igarapé Miri, Associação de Produtores Rurais de Pimenta-do-Reino de Porto Grande – Cametá- PA; Cooperativa Agroextrativista do Baixo Tocantins (COOABAT) em Tamanduá Costa-Cametá-PA e Associação dos Moradores Assentados da Ilha de Angapijó (Angapijó), município de Mocajuba. Na ocasião, a equipe pôde se aproximar das realidades das comunidades sendo uma oportunidade para os pesquisadores apresentarem o projeto para as coletividades.

Na segunda ida a campo, em agosto de 2025, visitamos novamente a COOABAT, Angapijó e, adicionalmente, visitamos a Comunidade Mutirão de Igarapé-Miri. Durante a terceira vivência de campo, fomos à Cooperativa agrícola de empreendedores populares de Igarapé-Miri (CAEPIM), em outubro de 2025.

Figura 1 Visita de campo aos cooperados de COOABAT e CAEPIM



Fonte Dos autores, 2025

Evidenciou-se que a aproximação entre pesquisadores e comunidade ocorreu de forma gradual marcada por desconfiança diante de experiências anteriores: “chegam muitos projetos pra cá, prometem muitas coisas, mas

depois somem...”². Assim, foi necessário esclarecer os objetivos e limites da pesquisa, destacando que a MC constitui um dispositivo jurídico, sociotécnico que traria benefícios a longo prazo, não representando retorno financeiro imediato, em resposta aos questionamentos “quanto vamos ganhar?” “O que isso vai trazer de dinheiro?”.

Outras indagações comuns nas visitas às comunidades relacionam-se à sustentabilidade do projeto, nas falas dos comunitários muitas iniciativas apresentadas a eles não se desenvolvem devido à falta de financiamento, visto que os deslocamentos até as comunidades têm um custo elevado.

De fato, o transporte na Amazônia tem custos onerosos, seja devido à distância, seja à falta de infraestrutura adequada para a locomoção no território. Como exemplo, avaliamos o custo de uma viagem até a localidade de Angapijó, partindo da capital do estado, Belém. Para se chegar até a Ilha percorre-se uma distância de 242 km até a cidade de Mocajuba (passagem tem valores entre R\$75,00 e R\$85,00), de lá a equipe necessita alugar uma lancha (custo de R\$500,00) para chegar à Ilha de Angapijó — percorrendo, ainda, cerca 30 minutos, não havendo transporte público disponível para este percurso no Rio.

Assim, foi importante que os pesquisadores informassem sobre o financiamento público da pesquisa através de instituição ligada ao Governo Federal, dando uma garantia que o projeto não ficaria pela metade devido a ausência de recursos. Igualmente, tornou-se imprescindível uma apresentação de prazos para a finalização do projeto, ressaltando que todo o processo se constitui em diversas etapas e que a finalização dele está prevista para o ano de 2027, evidenciando, também, o tempo que o Instituto de Propriedade Intelectual (INPI) leva para a análise e deferimentos de processos de MC.

Como resultado dessas aproximações em campo com 6 associações e cooperativas, obtivemos respostas favoráveis de 3 coletividades, que demonstraram interesse em desenvolver suas MC's. As coletividades foram: COOABAT, Associação dos Moradores Assentados da Ilha de Angapijó e CAEPIM.

A partir dos retornos positivos destas coletividades foi planejada pela equipe de Design a estrutura das primeiras oficinas de cocriação das marcas coletivas. Esta etapa consolidou-se como marco inicial e focou-se, exclusivamente, na criação de missão, valores, palavras-representativas e

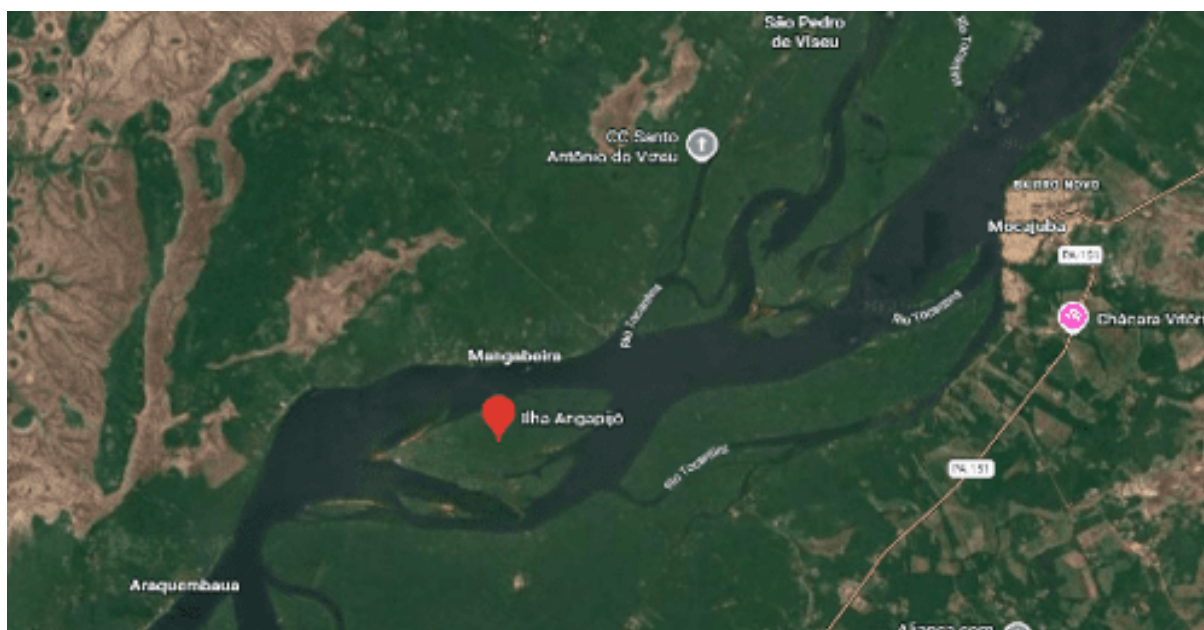
² Fala de um dos cooperados durante conversa inicial, discurso que se repetiu em outras comunidades.

desenhos de marca. Posteriormente, ao longo do projeto estão previstas outras dinâmicas de cocriação referente ao regulamento de uso das MC's juntamente com os produtores e a equipe jurídica.

4. Um mergulho na Ilha de Angapijó

A associação Angapijó, fundada em setembro de 2019, localizada em uma ilha pertencente ao município de Mocajuba (Figura 2) é uma coletividade que conta com 64 associados, composta, majoritariamente, por mulheres, que desenvolvem atividades produtivas vinculadas ao manejo do cacau e à transformação artesanal de seus derivados. Diferente de outras coletividades analisadas, a Angapijó não dispõe de dados sistematizados e consistentes sobre faturamento, visto que suas atividades comerciais não se encontram consolidadas em mercados formais.

Figura 2 Vista de satélite da ilha de Angapijó



Fonte Google Maps, 2025

Atualmente, parte da produção, especialmente a amêndoa de cacau (*in natura*), é escoada por meio de atravessadores³, o que limita a retenção de valor pelas famílias produtoras. Paralelamente, a associação mantém uma produção diversificada de derivados do cacau, comercializados de

³ Atravessadores são intermediários importantes, porém ambivalentes nas cadeias de escoamento dos produtos amazônicos. Para muitas comunidades é a única forma de escoar suas produções, porém os atravessadores compram os produtos por valores muito inferiores e lucram altas margens na revenda o que ocasiona desigualdades estruturais na cadeia.

forma direta em feiras de produtores locais e por venda informal na sede do município em Mocajuba.

Essas culturas, como amêndoas cristalizadas de cacau, geleia e doce de cacau, pão de cacau ⁴, cacau em pó, *nibs* de cacau em diferentes granulometrias, casquinha de chá de cacau (*in natura* e em pó), chocolate em barra em diferentes gramaturas, vinho de cacau e mel de cacau, manifestam a diversidade produtiva; e evidencia o potencial de agregação de valor da produção existente na associação, ainda que condicionado por fragilidades organizativas — de mercado e de inserção em cadeias mais estruturadas de comercialização.

Durante os períodos de entressafra do cacau, as famílias vinculadas à associação sustentam-se por meio de estratégias econômicas complementares, como a extração de produtos da sociobiodiversidade, como a extração de óleo de andiroba, produção de mel e a pesca artesanal. Estas atividades contribuem para a diversificação de suas fontes de renda. Além disso, constata-se que grande parte dos membros da associação se beneficia de políticas públicas de proteção social e transferência de renda, exemplificadas pelo Programa Bolsa Escola, Bolsa Família e Seguro-Defeso, destinado a pescadores artesanais durante o período de paralisação legal da atividade pesqueira.

4.1 O design do co-design

Como metodologia optamos pela abordagem do co-design, ou design participativo, onde o designer atua como mediador, tradutor, facilitador e articulador, conectando conhecimentos técnicos aos saberes locais, ancestrais e tradicionais (Manzini, 2017). Nesta perspectiva o envolvimento dos atores locais na criação de seus próprios mundos possibilita a geração de soluções contextualizadas, personalizadas e locais. Entendendo essas comunidades como especialistas de suas próprias vivências (Sanders & Stappers, 2008).

A primeira oficina de co-design realizada no projeto, ocorreu na Associação Angapijó, nos dias 28 e 29 de agosto de 2025. Para esta dinâmica criou-se uma estrutura dividida em 9 fases que visavam o engajamento e a cocriação de diversos conceitos ligados à marca Angapijó.

⁴ O pão de cacau é um produto específico da cultura ribeirinha da região, não havendo qualquer produto similar a este no mercado. Composto de 100% de cacau, é usado em inúmeras receitas locais.

O primeiro momento se referia à uma breve apresentação da equipe e os objetivos da cocriação, em seguida passou-se às fases de criação da Missão, Valores, definição de palavras-representativas da comunidade e desenhos sugestivos para a marca. Esses momentos direcionados por perguntas onde os associados deveriam responder individualmente ou em grupos, seguidos de momentos de votação das melhores propostas (sumarizados no quadro 1).

Quadro 1 Estrutura do Co-design desenvolvido pela equipe e aplicado na Associação Angapijó

Fases da Cocriação	Descrição e pergunta norteadora
Apresentação Geral	Apresentação da equipe e dos cooperados, seguida de apresentação da dinâmica e dos pesquisadores aos cooperados.
Conceito de Missão	Breve explanação sobre o conceito de Missão Pergunta: “Qual a missão da associação?”. Realizada em grupos por escrito.
Votação da Missão	Leitura das missões sugeridas seguida de votação
Valores	Breve explanação sobre o conceito de Valores Pergunta: Quais são os valores da associação?
Votação dos Valores	Leitura dos valores e votação
Palavras que nos representam	Pergunta: “Quais palavras representam vocês?”
Votação das palavras que mais nos representam	Escolha das 4 palavras mais representativas por votação
Dinâmica de desenho	Desenho de marca a partir das 4 palavras mais representativas
Encerramento	Observação dos desenhos e encerramento

Fonte: Elaboração própria, 2025

Esta estrutura foi pensada para ser realizada em dois dias em um total de 3 horas e 20 minutos. Os materiais levados pela equipe foram papel, canetinhas, lápis de cor, canetas piloto, *post-it*, fios para criação de varais, além de cartazes impressos sobre as definições de missão e valores.

4.2 Resultado e discussão: o co-design na Ilha de Angapijó

A realização do *workshop* de co-design com os associados da Ilha de Angapijó foi precedida de inúmeros contatos via *WhatsApp* com os comunitários, representados pela presidente da associação, Sra. Marivalda

Rodrigues Amaral. Este momento de pré-agendamento foi marcado por desafios relativos ao estabelecimento de uma comunicação rápida e objetiva, assim como na organização de uma estrutura mínima para a realização da oficina.

As vias de comunicação na ilha de Angapijó são inexistentes, não captam sinal de celular, não há internet e a energia elétrica só chega em uma pequena parte da localidade (no local que abriga a sede da associação não há eletricidade, esgotamento sanitário ou qualquer estrutura de Estado). Os associados trabalham no extrativismo do cacau na ilha, no entanto, por ausência de infraestrutura, habitam na localidade de Mangabeira, território de raízes quilombolas que oferece estrutura de eletricidade, posto de saúde, escola e internet (ainda que em condições precárias). Resultando em uma comunicação lenta, pois, os associados passam o dia em suas atividades na ilha (sem qualquer sinal de celular e internet) e retornam ao final de sua jornada de trabalho para a localidade de Mangabeira, quando podiam estabelecer contato com os pesquisadores

Outrossim, havia uma preocupação quanto à estrutura onde ocorreria a oficina, visto que a sede da Associação fica na Ilha de Angapijó, esta “sede” constituía-se de um descampado, dotado de troncos de árvores que serviam de bancos (Figura 3). Por este motivo sondamos os associados sobre a possibilidade de usarmos alguma estrutura em Mangabeira, o que foi rejeitado. No entanto, a presidente da cooperativa, Sra Marivalda Amaral, informou que no local já existia um espaço melhorado com mesas e bancos (ainda que sem cobertura).

Figura 3 Estrutura encontrada na sede da Associação Angapijó, durante a primeira visita de campo da equipe



Fonte: Autores, 2025.

Assim, após inúmeros contatos e tentativas de assegurar datas e horários que garantissem a participação do maior número de associados, a equipe partiu rumo a Angapijó.

No primeiro dia da dinâmica participaram 21 associados, a equipe encontrou no local uma mesa, alguns bancos e troncos para que os associados se sentassem. A estrutura foi, sensivelmente, construída em área de sombra o que oportunizou uma configuração espacial mínima para a realização da oficina. O roteiro proposto no arranjo inicial realizou-se em sua integralidade (Figura 4).

No segundo dia do workshop compareceram 4 participantes que não haviam participado no dia anterior e cerca de 10 indivíduos que foram até a ilha apenas para acompanhar os trabalhos. Neste dia os participantes ficaram tímidos em relação à criação da missão, dos valores e palavras-definidoras, contudo, participaram da colaboração nos desenhos da marca.

O início da oficina foi marcado por uma certa timidez dos participantes, o que foi contornado no decorrer da dinâmica, coube mencionar que o trabalho seria feito por eles e que os pesquisadores atuavam apenas como mediadores. Assim, quando lançamos a primeira pergunta norteadora sobre a missão da Associação, os grupos se formaram naturalmente, sem que a equipe tivesse que intervir, ainda que houvesse algumas dificuldades na escrita, por este motivo, os pesquisadores se propuseram a ajudar no registro escrito de suas ideias.

Figura 4. Realização do workshop em local adaptado na sede da associação de Angapijó. Na imagem à esquerda momentos da cocriação, à direita um dos momentos de votação.



Fonte: autores, 2025.

4.2.1 Missão

Apesar das dificuldades iniciais da dinâmica de escrever suas proposições para a missão, surgiram ao todo 9 sugestões que foram lidas pelos participantes e em seguida colocadas em votação. O resultado foram 3 missões mais votadas (cada uma recebeu 7 votos) apresentadas no quadro 2:

Quadro 2 Quadro das Missões mais votadas pelos participantes (N=21).

Missões Propostas	Número de Votos
“Fazer com que nosso cacau seja reconhecido, um cacau voltado para o investimento e reconhecimento da nossa região”	7
“Trabalho ou mercado e investimento do cacau fino, voltado para o mercado de exportação”	7
“Movimento, que busca trazer benefícios, recursos para ajudar os produtores, desenvolvimento econômico para os associados”	7
TOTAL:	21

Fonte: Autores, 2025

4.2.2 Valores

Durante a dinâmica da proposição de valores foram sugeridas tanto frases, quanto palavras, resultando em 3 proposições apresentadas no quadro 3.⁵

Quadro 3 Quadro com os valores mais votados (N=19).

Valores propostos	Número de Votos
“Fortalecer a identidade e o potencial de produção e buscar o desenvolvimento econômico dos associados e produtores”	5
“Investir na qualidade e no reconhecimento do cacau fino”	7
“manfícios e recursos que gerem prosperidade de forma responsável”	7
TOTAL	19

Fonte: Autores, 2025

*Dois comunitários não quiseram participar desta votação, resultando no N= 19

⁵ Como as votações de missão e valores, resultaram em empate, posteriormente, na proposição final, os designers desenvolveram um texto que abrangesse as propostas empatadas para aprovação da comunidade. Os resultados dessa etapa serão apresentados em artigos futuros.

4.2.3 Palavras-Representativas

Essa dinâmica foi planejada com o objetivo de potencializar a expressão identitária da comunidade através de duas vivências e experiências através de palavras únicas. Essas palavras serviram de direcionamento para a proposta do desenho das marcas. Nesta fase solicitamos que cada participante votasse nas 4 palavras mais representativas.

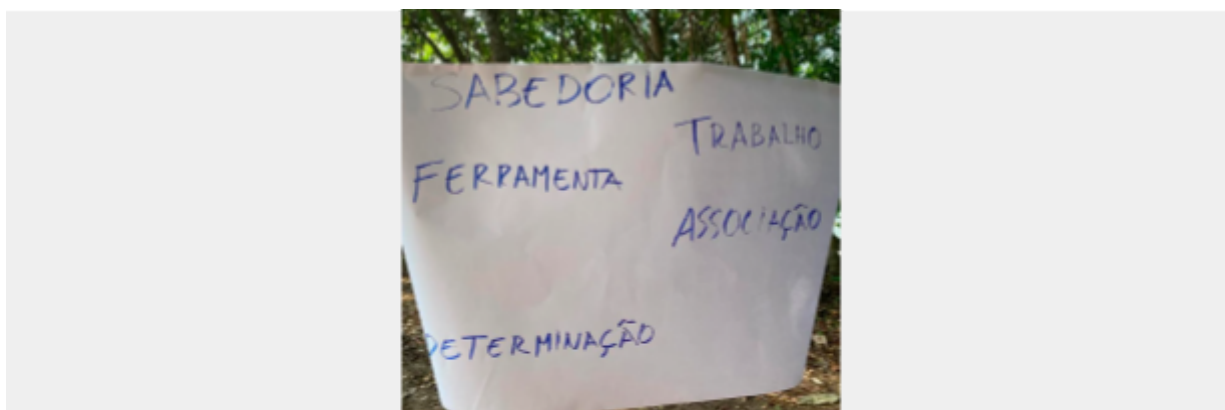
Foram geradas 44 palavras representadas no mapa de palavras (Figura 5). A partir desse ponto fez-se uma votação para definir as palavras que melhor representariam a associação (Figura 6).

Figura 5 Mapa de palavras geradas pelo *workshop* de acordo com o número de votação



Fonte: Autores, 2025

Figura 6 Palavras votadas no *Workshop*



Fonte: Autores, 2025.

De acordo com a votação, as palavras eleitas foram sabedoria, ferramenta e associação. A partir desse resultado coletivo, definiu-se a

forma que melhor representa a associação, refletindo de maneira objetiva a percepção e o consenso dos participantes.

4.2.4 Desenhos

A etapa seguinte da dinâmica consistiu na elaboração de desenhos representativos para a comunidade. O objetivo desse momento foi a geração de alternativas para a criação iconográfica, partindo dos referenciais estéticos indicados pela própria comunidade, gerando a criação de 14 desenhos (Figuras 7 e 8).

Figura 7 Desenho dos associados



Fonte: Autores, 2025

Figura 8 Desenho dos associados



Fonte: Autores, 2025.

Na análise visual, constatou-se a ocorrência de padrões referenciais sintetizados na Figura 9, neles verificamos a recorrência de dois tipos de referências: aquelas provenientes da natureza, própria do bioma onde produtores estão imersos e, as advindas do mundo artificial, conformado por objetos e artefatos de suas realidades.

Figura 9 Síntese das referências identificadas nos desenhos de Angapijó



Fonte: Autores, 2025

Esses registros consolidaram a linguagem visual dos modos de viver, fazer, conhecer, produzir e se relacionar com o bioma expressados pelos produtores. No contexto da natureza, destacam-se os Cacauais, o cacau, o açaí, a floresta, os rios e os seres humanos.

Em relação aos objetos do mundo artificial, representam-se por meios de transporte, rabetas ⁶ e canoas; ferramentas fabricadas pela própria comunidade como a faca, o camião, espécie de gancho; e cestos artesanais, utilizados como espécies de mochilas, confeccionados pelos próprios produtores na coleta de frutos dos Cacauais.

Na figura 7 os desenhos realizados pelos associados evidenciam momentos do cotidiano, exemplificados pelo extrativismo do cacau; a figura humana, usando de seus artefatos ferramentais; e, a rabeta repleta de cacau, após a colheita indicando seu transporte através dos rios.

A Figura 8 apresenta à direita uma representação da Vila Mangabeira (situada no continente) – onde habitam por questões de infraestrutura – vista a partir da Ilha de Angapijô separadas pelo Rio Tocantins. Nesta representação, identificam-se a paisagem construída pelos homens, com casas, postes de energia elétrica e cais. No lado oposto da margem, na Ilha de Angapijô, aparecem os cacauais e os açaizais. No lado direito da figura, uma abstração que une a ferramenta chamada “camião” à ideia do pé de cacau representado pelos frutos e suas raízes.

Para além dos resultados materiais da cocriação foi importante para a equipe receber a declaração da presidente da associação, durante o segundo dia do *workshop*, um grande entusiasmo e expectativa da coletividade quanto à marca em suas palavras: “Quando vocês trouxerem o desenho finalizado da marca vai ser muito importante, pois todos nós participamos” (Marivalda Amaral)⁷.

5. Considerações finais

O design de transição configura-se como uma práxis projetual que demanda flexibilidade em sua aplicação, onde seus métodos devem refletir a diversidade do território, principalmente, na região amazônica onde o design se depara com múltiplos desafios de ordem social, cultural, territorial e econômica em especial nas comunidades ribeirinhas

⁶ As rabetas são motores de popa acoplados a pequenas embarcações, constituindo o meio de transporte predominante entre as populações tradicionais da região amazônica. Elemento central do cotidiano ribeirinho, são indispensáveis às atividades diárias da comunidade, viabilizando deslocamentos e o escoamento da produção local.

⁷ Depoimento oral, 2025.

analisadas neste trabalho —, exigindo uma postura sensível e contextualizada por parte dos designers.

Nesse cenário, torna-se fundamental a adoção de uma postura ética, ontológica e projetual, traduzida em metodologias que evidenciam a valorização de culturas locais, empatia com as realidades; a flexibilização de métodos e da apresentação de resultados e ética na apresentação e esclarecimentos sobre possíveis ganhos futuros.

Assim, defende-se o co-design como metodologia capaz de se adequar ao pluriverso do campo, a sua diversidade e complexidade, dessa forma, o modo de engajamento para solução está além dos objetos tradicionais do design, exemplificados no projeto e no fortalecimento de coletividades e na criação de regras para a marcas coletivas.

Conforme exposto, o co-design configura-se numa abordagem estratégica que articula a valorização dos saberes tradicionais e a adoção de instrumentos de propriedade intelectual. Envolvendo produtores locais nos processos de concepção, comunicação e gestão dos produtos. Portanto, o co-design reconhece e incorpora conhecimentos tradicionais, práticas culturais e modos de vida construídos a partir da coletividade —, evitando sua descaracterização e promovendo o protagonismo comunitário.

Como destaca Manzini (2017), o design participativo atua como mediador de processos sociais, potencializando saberes locais e gerando soluções enraizadas no contexto sociocultural. Desta forma, a marca coletiva emerge como um dispositivo de proteção e memória, atuando de forma simbólica e econômica, garantindo o reconhecimento geográfico, a padronização compartilhada e o acesso justo aos mercados, potencializando a geração de renda e a segurança econômica dos produtores.

Importante destacar que trata-se de pesquisa ainda em curso, na qual outras instâncias de participação e geração de conhecimento ainda serão desenvolvidas, tanto na Associação de Angapijó, quanto em outras cooperativas participantes do projeto. É provável e desejável que o modelo de realização do *workshop* varie entre as cooperativas respondendo às realidades de cada uma, não sendo, portanto, a metodologia aqui apresentada modelo estanque. É neste sentido que os designers e outros profissionais participantes devem encarar o campo como uma experiência eivada de contradições características de todas as relações humanas.

Por fim, como refere Irwin (2021) o design de transição deve catalisar transições sociais rumo a futuros sustentáveis, no entanto esta transição é

um processo contínuo e lento, que provavelmente se estenderá por décadas. De fato, a quebra de paradigmas econômicos que questionam o *status quo* avança por meio de práticas cotidianas e saberes práticos que subvertem as estruturas de poder dominantes. Nesse sentido, as soluções para a preservação da Amazônia dependem da valorização de cosmologias e conhecimentos tradicionais que, ao longo do tempo, provaram-se capazes de sustentar a vida e regenerar o território.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e fomento à pesquisa. Ao Laboratório de Análise e Pesquisa Territorial Estratégica da Amazônia (LAPTEA) pelo suporte institucional. À Associação Angapijô pelo acolhimento e ao discente Victor Simon de Avis Lobato pelo apoio em ação no campo.

Referências

- BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- BUCHANAN, Richard. **Design research and the new learning**. Design Issues, Cambridge, v. 17, n. 4, p. 2–23, 2001
- COSTA, Francisco de Assis. As múltiplas faces da Amazônia: Economista ressalta a diversidade de estruturas produtivas e o papel dos camponeses, originados no século XVIII [entrevista concedida a Carlos Fioravanti]. **Revista Pesquisa FAPESP**, Belém, Edição 277. Março de 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/francisco-de-assis-costa-as-multiplas-faces-da-amazonia>. Acesso em: 03 de set. de 2024.
- COSTA, F. A., Ciasca, B.S., Castro, E.C.C., Barreiros, R.M.M., Folhes, R.T., Bergamini, L.L., Solyno Sobrinho, S.A., Cruz, A., Costa, J. A., Simões, J., Almeida, J.S., Souza, H.M. **Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará**. Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021
- DIAS, Guilherme A. V.; OLIVEIRA, Wesley. **Região de integração Tocantins-PA: um novo olhar sobre o extrativismo e alguns aspectos socioeconômicos**. Brasília: IPEA, 2011. 34 p. (Texto para Discussão, n. 1590).ISSN 1415–4765. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91320/1/66424291X.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Durham, NC: Duke University Press, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Manual de Marcas**. 3. ed., 6. rev. Rio de Janeiro: INPI, 2024. Disponível em: <https://manualdemarcas.inpi.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2026.

IRWIN, T. Transition Design: The Intersection of Design and Sustainability. In: **INK 2021 Conference Proceedings**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ojs.aut.ac.nz/linksymposium/article/view/172/322>. Acesso em: 27 jan. 2026.

IRWIN, Terry. The Emerging Transition Design Approach. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos**, Buenos Aires, n. 87, p. 19-46, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18682/cdc.vi87.3762>. Acesso em: 12 de agosto de 2025.

KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

MANZINI, Ezio. **Design, quando todos fazem design**: uma introdução ao design para a inovação social. Tradução de Liana de Camargo Leão. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

NIEDERLE, Paulo André. **Mercados, produtos da sociobiodiversidade e estratégias de reprodução social da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SAMPAIO NETO, O. Z.; BATISTA, E. A. C.; MEIRELLES, A. J. DE A. Potencial de oleaginosas nativas no desenvolvimento de cadeias produtivas da biodiversidade brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, p. 537-559, 1 jul. 2025. DOI: 10.5380/dma.v54i0.71934.

SANDERS, Elizabeth B.-N.; STAPPERS, Pieter Jan. Co-creation and the new landscapes of design. **CoDesign**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 5-18, mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/15710880701875068>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TONKINWISE, Cameron. Is social design a thing? In: RESNIK, Elizabeth (org.). **The social design reader**. Londres: Bloomsbury Visual Arts, 2018.

Recebido: 30/01/2026

Aceito: 14/05/2026

Publicado: 13/07/2026

Editoras-Chefe:

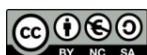
 Barbara Necyk

 Carolina Noury

© Copyrights: Ana Paula Nazaré de Freitas; Caroline Araujo Buna; Leonardo Valente; Benedito Ely Valente da Cruz; Marcos de Freitas Silva Andrade; Sávio Almeida Fernandes; Patrícia de Fátima Serrão Mendes

A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 4.0.

Não Adaptada.



Participação da autoria:

Ana Paula Nazaré de Freitas: conceituação, investigação, metodologia, administração do projeto, supervisão, design da apresentação de dados, redação – manuscrito original.

Caroline Araujo Buna: curadoria de dados, investigação.

Leonardo Valente: investigação.

Benedito Ely Valente da Cruz: obtenção de financiamento, disponibilização de ferramentas, supervisão.

Marcos de Freitas Silva Andrade: design da apresentação de dados, redação – manuscrito original, redação – revisão e edição.

Sávio Almeida Fernandes: metodologia, supervisão.

Patrícia de Fátima Serrão Mendes: investigação, disponibilização de ferramentas.

Fonte de Financiamento:

Obtenção de financiamento por meio do projeto ValorizaBio, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 444966/2024-2.

Conflito de Interesse:

Declaramos não haver conflitos de interesse.